

Maria Vitória Araújo da Silva*

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa, Paraíba, Brasil

Pascoal Carvalho Gonçalves**

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa, Paraíba, Brasil



Desenvolvimento sustentável e mudança institucional: uma revisão de literatura dos efeitos da agenda internacional

Recebido em: 05 dez. 2023

Aprovado em: 28 fev. 2024

Publicado em: 05 jul. 2024

DOI: <https://doi.org/10.29327/2148384.18.34-7>

* Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Federal da Paraíba. E-mail: mvtoriaraujo.s@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/6709757107290969>  <https://orcid.org/0009-0001-4884-8524>

** Professor Titular da Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Relações Internacionais. Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas; Mestre e graduado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: pascoalgoncalves@ccsa.ufpb.br

 <http://lattes.cnpq.br/8913105744643795>  <https://orcid.org/0000-0002-1336-3148>

Resumo

A literatura sobre desenvolvimento sustentável tem dado pouca atenção para os processos de mudança institucional decorrentes da implementação da agenda de desenvolvimento internacional. O artigo tem como objetivo mapear e analisar a produção acadêmica sobre a mudança institucional decorrente do desenvolvimento sustentável, por meio das bases Web of Science (WoS), Proquest e Scielo, entre os anos de 2008 e 2021. O método utilizado foi Revisão Sistemática de Literatura (RSL) PRISMA-Scr (*Prisma for Scoping Reviews*). Foram analisados trinta e seis artigos e categorizados segundo ano de publicação, metodologia, orientação teórica primária e secundária e dimensão de sustentabilidade/ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). A sistematização permitiu uma visão panorâmica das pesquisas anteriores (2008-2015) e posteriores (2015-2021) aos ODS e o impacto multidisciplinar do desenvolvimento sustentável nos estudos sobre instituições. Verificou-se uma predominância da agência civil nos processos de mudança das instituições para o Desenvolvimento Sustentável e ODS, embora ainda restrito a instituições majoritárias do Norte global na produção analisada.

Palavras-chave: Mudança Institucional. Desenvolvimento Sustentável. Revisão Sistemática da Literatura. PRISMA.

Maria Vitória Araújo da Silva*

Federal University of Paraíba
João Pessoa, Paraíba, Brazil

Pascoal Carvalho Gonçalves**

Federal University of Paraíba
João Pessoa, Paraíba, Brazil



Sustainable development and institutional change: a literature review of the effects of the international agenda

Received: 05th Dec. 2023

Approved: 28th Feb. 2024

Published: 05th July 2024

DOI: <https://doi.org/10.29327/2148384.18.34-7>

* Graduate student in International Relations at the Federal University of Paraíba. Email: mvtoriaraujo.s@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/6709757107290969>

 <https://orcid.org/0009-0001-4884-8524>

** Professor at the Federal University of Paraíba, Center for Applied Social Sciences, Department of International Relations. PhD in Political Science from the State University of Campinas; MSc and BSc in International Relations from the Pontifical Catholic University of Minas Gerais. Email: pascoalgoncalves@ccsa.ufpb.br

 <http://lattes.cnpq.br/8913105744643795>

 <https://orcid.org/0000-0002-1336-3148>

Abstract

The literature on sustainable development has paid little attention to the processes of institutional change resulting from the implementation of the international development agenda. The article aims to map and analyze academic production on institutional change resulting from sustainable development, from the Web of Science (WoS), Proquest and Scielo databases, between 2008 and 2021. The method used was the PRISMA-Scr (Prisma for Scoping Reviews) Systematic Literature Review (SLR). Thirty-six articles were analyzed and categorized according to year of publication, methodology, primary and secondary theoretical orientation and sustainability/SDGs (Sustainable Development Goals) dimension. The systematization provided an overview of research before (2008-2015) and after (2015-2021) the SDGs and the multidisciplinary impact of sustainable development on studies on institutions. There was a predominance of civil agency in the processes of change in institutions for Sustainable Development and the SDGs, although this is still restricted to the majority of institutions in the Global North.

Keywords: *Institutional Change. Sustainable Development. Systematic Review of Literature. PRISMA.*

1. Introdução

Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram lançados em setembro de 2015 como parte da Agenda 2030 sob a premissa de reformulação da pauta desenvolvimentista a princípios horizontais, transversais, codependentes e, sobretudo, democráticos. A atual agenda internacional de desenvolvimento é o desdobramento mais recente de quase sessenta anos de conferências e debates internacionais no âmbito das Nações Unidas (Koehler, 2015).

A ONU, enquanto organização burocrática (Barnett; Finnemore, 2012), produz ideias e conceitos que são difundidos pelo mundo e se tornam parâmetro para a definição de políticas por parte dos tomadores de decisão. As metas de crescimento, as estratégias para alcançar os objetivos e as agendas temáticas a serem priorizadas foram acompanhando, desde os anos de 1960, a conjuntura internacional e o debate acadêmico sobre desenvolvimento. Essas orientações para o desenvolvimento, expressas nas inúmeras resoluções aprovadas em quase sessenta anos de debate implica, pois, que os tomadores de decisões oficiais nos Estados e a sociedade em geral se valerão dessas disposições para traçar planos, metas e, em última instância, criarem suas percepções objetivas e subjetivas sobre a natureza dos problemas e das soluções públicas relacionadas ao desenvolvimento. Tendo isso em mente, podemos dizer que a ONU serve como um importante ator para a difusão de políticas, seja do ponto de vista objetivo (metas e estratégias), seja do ponto de vista subjacente (o que é desenvolvimento e como alcança-lo).

O fenômeno da difusão internacional de políticas públicas tem chamado a atenção da comunidade científica há décadas e gerou uma farta e fragmentada literatura (Graham; Shipan; Volden, 2013). Acompanhando o interesse da literatura no tema, a internacionalização dos processos de produção das políticas públicas, tanto nos governos centrais como nos subnacionais se tornou um fenômeno perceptível em todas as etapas do ciclo das políticas públicas (Faria, 2018). Nesse sentido, o fenômeno da difusão resulta em mudanças nas instituições dos países. Essas mudanças podem se

dar nas regras formais (instituições burocráticas), nas regras informais (padrões de comportamento), nas ideias sobre problemas e soluções ou mesmo em trajetórias de decisões ao longo do tempo.

O presente artigo tem por objetivo geral contribuir com os estudos sobre o impacto do ambiente internacional nas instituições domésticas. As normas internacionais produzidas pelos ODS veiculam a substituição de um padrão de desenvolvimento estabelecido pelos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) em 2000, a partir da ampliação de metas e indicadores (de 60 a 169 no total) de caráter mais aplicado, além da participação social ao longo das cadeias de construção dos ODS – da formulação à implementação destes Objetivos e a consolidação da agenda ambiental. Para dar conta do ajuste na agenda internacional, são esperados ajustes de regras, normas, ideias e trajetórias de desenvolvimento nos países. Cabe ressaltar, organizações privadas e não governamentais também estão sujeitas aos mesmos efeitos de mudanças na agenda internacional, pois estão sujeitas às mesmas pressões isomórficas.

Nesse contexto, cabe indagar: como a discussão e disseminação do Desenvolvimento Sustentável impactou na literatura sobre a Mudança Institucional? Há contato entre o Desenvolvimento Sustentável e a mudança institucional na literatura especializada? Como os trabalhos foram organizados teoricamente e metodologicamente? Quais os temas abordados? A partir dessa problemática, o artigo tem como objetivo mapear e analisar a produção acadêmica sobre mudança institucional decorrente do Desenvolvimento Sustentável e dos ODS. Especificamente, buscamos: (I) quantificar a produção acadêmica especializada sobre os efeitos dos ODS em termos de mudança institucional; (II) identificar as abordagens teóricas (predominantes e secundárias) que subsidiam os trabalhos; (III) Identificar os objetos de estudo dos trabalhos pertinentes; (IV) Identificar as estratégias metodológicas utilizadas para o estudo da mudança institucional a partir dos ODS e (V) identificar, substantivamente os resultados das pesquisas em termos de contribuições para a área de estudo.

Para tanto, realizamos uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL) nas bases Web of Science, Scielo e Proquest, a partir dos principais

resultados, realizamos uma análise do conteúdo substantivo do debate acadêmico internacional. Na Revisão Sistemática, os protocolos adotados condizem à Metodologia PRISMA ScR (*Prisma for Scoping Reviews*), na qual são apresentados os produtos da discussão acerca da mudança institucional com a crescente difusão dos ODS e do Desenvolvimento Sustentável nas instituições investigadas pelos pesquisadores de diversas áreas e, por consequência, na literatura acadêmica. Em seguida, discutimos os resultados em termos metodológicos, teóricos e de conteúdo da literatura reunida, posicionando o debate desenvolvimentista nas esferas institucionais e perspectivas em crescente na área.

Antes de apresentar a metodologia e os resultados da pesquisa apresentamos brevemente a difusão do desenvolvimento sustentável nas últimas quatro décadas, seguido por uma também breve revisão das quatro principais abordagens neoinstitucionalistas e suas respectivas abordagens sobre mudança institucional.

2. Desenvolvimento sustentável e a ONU

O conceito contemporâneo de desenvolvimento sustentável surgiu com a publicação do famoso *Relatório Brundtland*, mas o tema só chegou à cúpula da agenda internacional com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), quando a definição foi transmitida diretamente aos participantes. Desde então, conforme ressaltado por Grober (2015), sustentabilidade se tornou um termo chave no vocabulário global no século XXI. Em muitos países, a Rio-92 também é um marco na inserção de políticas públicas sustentáveis no âmbito local (Häikiö, 2014).

1 “to make development sustainable [is] to ensure that it meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs” (World Commission on Environment and Development, 1987).

O termo surge em resposta a outro relatório, de 1973, encomendado pelo Clube de Roma e publicado com o título “Os limites do Crescimento”, que apontava para os limites do modelo de desenvolvimento pautado exclusivamente no crescimento econômico. O relatório apontava para o fato de que a Terra possui um limite físico de recursos e que exceder esse limite de exploração poderia terminar em catástrofe. O relatório convergiu a discussão já existente sobre os impactos ambientais da atividade humana (a agenda ambiental) com a discussão sobre desenvolvimento econômico tradicional da agenda internacional (Du Pisani, 2006). Como sustenta Grober (2015), “Os limites do Crescimento” explicita a busca por um modelo de desenvolvimento que tivesse abrangência planetária e que fosse: 1. Sustentável sem um colapso súbito e incontrolável da espécie humana; e 2. Capaz de satisfazer as necessidades materiais de todas as pessoas.

Importante ressaltar que o *Relatório Brundtland*, e por conseguinte o entendimento de sustentabilidade na Rio-92, foca em respostas institucionais coletivas, ganhos de eficiência e responsabilidade social, incorporando uma abordagem antropocêntrica focada nas necessidades humanas básicas e maiores desenvolvimentos tecnológicos e de eficiência na economia. Não há referência ou ênfase em mudança de valores, mudanças na percepção sobre a natureza ou responsabilidade individual (Robinson, 2004).

No ano 2000 são lançados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, compostos de 8 macro objetivos para os países alcançarem de forma voluntária no prazo de 15 anos. A agenda de desenvolvimento dos ODMs, foi muito criticada pela falta de participação social, sendo mais caracterizada por um modelo *top-down*. Além disso, a territorialização dos ODMs foi limitada pela sobreposição dos objetivos econômicos sobre os socioambientais e pela implementação vertical e de baixa integração. A experiência, entretanto, permitiu uma reformulação para novos indicadores do desenvolvimento sustentável (Menezes, 2019; Oliveira, 2012).

Em 2012, próximo ao prazo final para alcançar a Agenda do Milênio, em meio aos debates sobre os problemas na definição e implementação dos ODMs, surge na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) retomou as discussões da Rio-92 sobre a necessidade

de ampliar o Quadro Institucional para o Desenvolvimento Sustentável e a Economia Verde para Erradicação da Pobreza (Oliveira, 2012). O grupo de trabalho responsável por definir a agenda pós-2015 foi organizado numa Força-Tarefa de Alto Nível presidida pelo Primeiro Ministro do Reino Unido e Presidentes da Libéria e da Indonésia (Fukuda-Par, 2016). Nesse período, toda a agenda internacional para o desenvolvimento foi revisada a partir de metodologias participativas com a sociedade civil e rodadas de negociação, resultando na 'Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável' (em tradução livre) que foi aprovada em setembro de 2015 na Assembleia Geral da ONU (Menezes, 2019).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis foram delimitados no documento da Agenda 2030 e contam com 17 objetivos e 169 metas de médio prazo que materializam a renovação do entendimento acerca das responsabilidades comuns da comunidade internacional sob o desenvolvimento. Três princípios estão no pano de fundo dos ODS: universalidade, indivisibilidade e cooperação. A indivisibilidade permite que problemas evidenciados pelos Objetivos, como a pobreza (ODS 1), desigualdade de gênero (ODS 5) e as mudanças climáticas (ODS 13) estejam conectados, na medida em que ao perseguir a concretização de um ODS, a comunidade nacional e internacional estará também colaborando com outros Objetivos, ainda que de forma secundária. O princípio da universalidade assume que as metas elencadas nos ODS estão aptas a serem alcançadas por todos os países, do Norte ao Sul Global, considerando-se diferentes instrumentos para territorialização sob cada contexto implementado. Por último, a retórica em "não deixar ninguém para trás" denota a cooperação inerente aos Objetivos serem efetivados, pelo qual a sustentabilidade no desenvolvimento perpassa, de antemão, o estabelecimento de condições básicas para todos os seres (PNUD, 2021).

O fato de as Nações Unidas terem chancelado esse processo é particularmente importante pelo seu papel de difusora informacional da Agenda 2030. Conforme apontam Barnett e Finnemore (2012), as Organizações Internacionais possuem autonomia, o que lhes conferem autoridade no sentido de utilizar recursos institucionais e discursivos para

induzir deferência a outros atores, sejam estados, empresas, organizações não-governamentais ou outras Organizações Internacionais. Essa autoridade permite o exercício do poder pela regulação do mundo, alterando os incentivos para a tomada de decisão e o comportamento de atores estatais e não-estatais, e pela própria constituição do mundo, criando novos interesses, atores e atividades sociais. Como aponta Faria (2018), a difusão conceitual e política do “Desenvolvimento Sustentável” por meio da Organização das Nações Unidas (ONU) corresponde simultaneamente a transformações estruturais de pensamento e conjuntura dos organismos internacionais para o novo milênio.

Passados 8 anos após a adoção internacional da norma internacional – e 7 para o prazo de alcance das metas – faz-se necessário abordar o impacto que a pandemia da Covid-19 trouxe para a agenda de desenvolvimento internacional. Mohammed *et al.* (2021) destacam a necessidade de reestruturação de algumas metas face ao impacto da pandemia revelado em indicadores sociais, econômicos e ambientais globais, bem como a elaboração de ferramentas de mensuração e pesquisa dos choques derivados do Coronavírus em consideração aos patamares prévios dos Objetivos. Embora o acompanhamento esteja presente no parágrafo 79 da carta signatária da ONU para a Agenda 2030, na prática, os mecanismos de vigilância são mínimos no âmbito doméstico.

Aliado a isso, Ranjabari *et al.* (2021) também pontuam redirecionamentos para os Objetivos no cenário pós-pandêmico, em termos de: potencialidades (modelos de economia circular, sustentabilidade digital e fundos de divisão econômica), de efeitos a longo prazo (em sistemas educacionais, psicológicos e equidade de gênero) e de soluções inovadoras para a retomada (análises baseadas em evidência, fortalecimento de políticas locais e intervenções estatais de subsídio a pequenas e médias empresas).

Nesse sentido, conforme discutido na introdução desse artigo, o desenvolvimento sustentável é difundido e internalizado pelos atores estatais e não estatais, criando percepções objetivas e subjetivas sobre a natureza dos problemas e das soluções públicas relacionadas ao desenvolvimento. Nesse artigo buscamos identificar as consequências dessa mudança, ou seja,

o resultado dessa internalização: a mudança institucional dos atores tal qual percebida na literatura recente sobre o tema.

3. A mudança institucional na literatura neoinstitucionalista

A teoria neoinstitucionalista não é uníssona. Entre campos consensuais de compreensão acerca da importância das instituições ao funcionamento dos sistemas, residem divergências na definição, motivação e instrumentalização destas instituições nas vertentes analíticas. Dessa forma, quatro grandes lentes teóricas podem ser delimitadas: o institucionalismo de Escolha Racional (IR), Histórico (IH) e Sociológico/Organizacional (IS) e o Institucionalismo Discursivo (ID).

Independente da orientação teórica, todos os neo-institucionalismos possuem elemento em comum: explicam melhor a continuidade do que a mudança. O IR foca nos atores racionais que perseguem suas preferências a partir da lógica da instrumentalidade (custo/benefício) dentro das instituições políticas. O IH, por outro lado, detalha o desenvolvimento de instituições políticas, descritas em termos de padrões regulares e práticas rotineiras sujeitas à lógica de uma trajetória dependente. O IS foca nos agentes sociais que agem de acordo com a lógica da adequação dentro de instituições políticas e sociais. O ID foca nas ideias (seus muitos tipos) e seus impactos na construção e reconstrução das instituições formais e informais do mundo político, entendidas como restrições endógenas às estruturas sociais e cognitivas (Schmidt, 2010).

No IR, os atores buscam alcançar seus interesses em interações com outros atores, repletas de dilemas de ação coletiva, falhas de mercado políticas e outros desincentivos para a cooperação. Para alcançarem seus objetivos de forma mais eficiente, os atores racionais criam instituições que impõem limites à racionalidade dos agentes e ao mesmo tempo promovem a circulação de informações, criam punições para desertores e resolvem

problemas de coordenação, ao definir regras claras e produzir expectativas sobre os resultados esperados ao longo do tempo (Hall; Taylor, 2003; Peters, 1999; Olson, 1999; Ostrom, 2014; Keohane, 1982).

As instituições possuem custos elevados para sua criação e alteração, e uma vez estabelecidas tendem a gerar *feedback* positivo e angariar apoio crescente dos atores que estão submetidas a elas. Somado ao fato que o IR assume que as preferências dos atores são fixas, há uma grande tendência a estática, mesmo em casos de instituições ineficientes. Assim, os ajustes são marginais, levando a mudanças incrementais dependentes das trajetórias institucionais já estabelecidas (Campbell, 2004; Schmidt, 2010), tendo em vista que regras em uma dada arena de atuação está submetida a regras em outras arenas, que especificam as formas pelas quais a mudança pode ocorrer (Ostrom, 2014; Tsebelis, 1998).

Já para o IS a legitimidade se sobrepõe aos ganhos que a instituição poderia trazer ao agente. Tal pensamento direciona os objetivos institucionais à construção de espaços de comunicação e intercâmbio de ideias na formulação de normas e políticas conjuntas, numa teia circulatória de aprendizagem, conformação identitária e difusão (Faria, 2018). Nesse sentido, a estabilidade institucional está atrelada a estabilidade da própria sociedade, de sua cultura, normas e entendimentos, fatores que impedem (ou dificultam enormemente) a mudança. Instituições são entendidas enquanto práticas sedimentadas ao longo do tempo em uma determinada sociedade, ou seja, instituições são entendidas enquanto padrões de comportamento. Além do mais, instituições para os adeptos do IS não apenas constroem as ações dos atores sociais, mas estão na base da constituição de suas identidades e interesses (Hall; Taylor, 2003, Giddens, 2018; Zucker, 1991; Berger; Luckman, 2007; Martin; Simmons, 1998; Duffield, 2007).

Devido ao seu caráter regulativo e constitutivo, as instituições no IS também podem ser consideradas normas de comportamento. Por operarem no plano cognitivo, as instituições sociológicas são tomadas como dadas, levam os atores a reproduzirem seus comportamentos de forma irrefletida,

ainda que dentro de uma lógica da adequação,² permitindo apenas variações mínimas e ao longo de períodos de tempo longos, numa forma de dependência da trajetória cultural. A mudança institucional é explicada a partir da convergência de práticas institucionais que tornam as organizações isomórficas, como resultado de processos miméticos que reduzem a incerteza sobre desenhos institucionais; ou por processos normativos que decorre nos quais líderes organizacionais foram profissionalizados para compartilhar visões semelhantes sobre o que constitui uma prática organizacional apropriada; por processos coercitivos diretos ou indiretos nos quais as organizações se adaptam à pressão de outras organizações ao seu redor para se adequarem aos padrões institucionalizados (Campbell, 2004; Finnemore, 1993; Dimaggio; Powell, 1991).

Logo, as mudanças estão amparadas nas trocas e observações sociais que impelem os atores a tornarem suas práticas mais alinhadas e legítimas, arraigando prestígio e atendendo expectativas estruturais. Do mesmo modo, a convergência institucional também preconiza ganhos de poder e governança, sendo estes ganhos sociais na tomada de decisão coletiva (Dimaggio; Powell, 1983; March; Olsen, 2008).

Em terceiro lugar, o Institucionalismo Histórico une ambas as lentes racionalistas e sociológicas acerca da concepção e interesses institucionais. Segundo Thelen (1999), os elementos regulatórios e burocráticos formais que constroem as instituições são preponderantes para o seu funcionamento, ainda que formados a partir de uma trajetória histórica e social dos atores constituintes. Processos históricos então, atuam na formação de identidades compartilhadas, que resultam na constituição arenas políticas, alimentadas por estruturas legais de pressão e monitoramento e, ultimamente, implicam desde a influência comportamental ao molde estratégico de políticas e mudanças institucionais. Assim, não apenas macro-eventos alteram a

2 March e Olsen (2013) entendem que normas (ou instituições) e práticas constitutivas prescrevem comportamentos apropriados para atores específicos em situações específicas, naquilo que passou a ser amplamente denominado de “lógica da adequação” (*logic of appropriateness*).

trajetória institucional, como também micro-ajustes ocorrem cotidianamente na rede de interações internas dos sujeitos institucionais e incrementam novos hábitos dentre estes (Thelen, 1999; Pouillot, 2020).

Thelen & Mahoney (2010) identificam diferentes tipos de mudança: I remoção (*displacement*), quando há a completa remoção de regras existentes e a introdução de novas; II sobreposição (*layering*), quando há introdução de novas regras em conjunto/sobrepostas a outras já existentes; III desvio (*drift*), quando o impacto de regras já existentes é alterado devido a mudanças no ambiente institucional; e IV conversão (*conversion*), quando regras existentes possuem seus impactos alterados ao serem reinterpretadas estrategicamente.

Por último, a percepção sobre a centralidade das ideias na análise institucional foi classificada por Schmidt (2010) como o 4º neo institucionalismo, o ID. A linguagem, nesse prisma analítico, agiria precocemente à institucionalização e materialização e, dessa forma, em primeiro plano para a constituição de instituições e normas. Figuras políticas então, ascendem enquanto difusores de normas comuns sob o incentivo propulsor de continuidade ou mudanças, tanto endógenas quanto exógenas. Do mesmo modo que o discurso inflama o processo de mudanças sociais e políticas, teóricos discursivos afirmam que também podem agir como limitantes à ação, retardando transformações mais radicais (Martínez *et al.*, 2016; Montesano *et al.*, 2021).

Campbell (2004) identifica que as análises institucionalistas focam em mudanças graduais/evolucionárias ou rápidas/revolucionárias. No primeiro caso, a mudança é incremental e se acumula por longos períodos de tempo, seguindo aquilo que ficou conhecido como a dependência da trajetória (*Path Dependence*, no original) na qual elementos históricos que compõem a trajetória institucional determinam de forma causal transformações seguintes. Por outro lado, nas mudanças rápidas/revolucionárias uma instituição passa por longos períodos de equilíbrio pontuados por mudanças disruptivas desencadeadas por crises externas (*Punctuated Equilibrium*, no original). O principal mecanismo por trás um processo de mudança seria a difusão, compreendida de acordo com cada abordagem em termos de

processos isomórficos, informacionais, coercitivos, ou de aprendizagem.

4. Os objetivos de desenvolvimento sustentáveis e mudança institucional: esquadrinhando a literatura

A RSL depende de o pesquisador pré-defina variáveis e termos a serem buscados, com protocolos de coleta, sistematização e exclusão das obras encontradas (Alves *et al.*, 2022). Segundo Batista *et al.* (2021), a revisão sistemática fornece instrumentos de qualidade na análise de uma temática, mediante sua capacidade de abarcar diferentes visões sob o objeto de estudo buscado. De caráter mais específico, a PRISMA-SCr se difere de revisões *snowball* (bola de neve) ou similares em razão do propósito menos exploratório e mais direcionado ao objeto, conceitos e variáveis prévias. O cumprimento do protocolo Prisma, nesse sentido, cumpre o papel de observar o estado da arte em sua amplitude e, a partir disso, construir uma base diversa a ser explorada em estudos pósteros.

Quanto aos critérios de seleção dos artigos, foram selecionados três bases de dados (Web of Science, Proquest e Scielo), destacados pela gama quantitativa e confiável de seus catálogos, de língua inglesa e portuguesa entre os anos de 2008-2021 para serem analisados, excluindo-se livros, revisões sistemáticas, artigos de opinião e outros gêneros textuais que fugiam ao escopo da pesquisa. O período temporal é justificado tanto pela evolução da temática do Desenvolvimento Sustentável nas pesquisas acadêmicas, quanto pelo surgimento dos ODS como objeto das Organizações Internacionais e das Ciências Sociais Aplicadas.

Dentre a busca utilizada nas palavras-chave, os descritores e operadores booleanos "*Institutional Change*" 'AND' "*Sustainable Development*", "*Institutional Change*" 'AND' "*SDG*", "*Institutional Theory*" 'AND' "*SDG*" foram os principais instrumentos de pesquisa em ambas as bases de língua inglesa. Na Scielo, base latino-americana, foram aplicadas as palavras-chave supracitadas, porém traduzidas à língua portuguesa. Após o

mapeamento bibliográfico, artigos que não apresentavam a Mudança Institucional enquanto teoria institucional foram descartados da seleção, embora estivessem dentro dos critérios anteriores, de modo a evidenciar a subárea da teoria. O levantamento bibliográfico se deu em maio de 2022, quando foram coletados os artigos para análise de maior profundidade. convém destacar a multidisciplinaridade da bibliografia, que permeia as grandes áreas da Ciência Política, Administração Pública, Economia e Ciência da Sustentabilidade.

Na Web of Science, foram encontrados 60 resultados interligando os temas chave, com a exclusão de 17 artigos que não obtiveram citações na base³ e 9 que ultrapassaram o período temporal estabelecido. Em seguida, a busca pela Proquest retornou 15 periódicos acadêmicos na base, excluindo-se 1 artigo publicado em 2022 e, posteriormente, 6 que não condizem à teoria institucional. Além disso, entre a Web of Science e Proquest, foram descartados 8 artigos duplicados entre ambas as bases. Por fim, na Scielo a pesquisa resultou em apenas 3 artigos concernentes ao campo da Mudança Institucional e o debate sobre a sustentabilidade, nenhum duplicado e todos elegíveis dentro dos parâmetros estabelecidos, com 1 em língua inglesa, o que transparece uma fase exploratória no Brasil.

3 Na base da Web of Science foram descartados 17 artigos que fugiam ao escopo institucionalista recolhido nas demais publicações científicas.

Quadro 1 – Procedimentos da revisão sistemática de literatura

Informações	Critérios	Resultados
Termos buscados em palavras-chave e título	"Institutional Change" 'AND' "Sustainable Development"; "Institutional Change" AND "SDG"; "Institutional Theory" AND "SDG"	60 documentos (WoS)
		15 documentos (Proquest)
		3 documentos (Scielo)
Plataforma de busca	Web of Science, Proquest e Scielo	
Data da busca inicial e final	06/12/2021 – 18/05/2022	
Parâmetros de seleção	Artigos científicos, em idiomas inglês e português, que continham a Teoria Institucional	
Exclusão	Artigos duplicados e fora dos critérios de seleção	24 documentos (recorte conteudista)
		10 documentos (recorte temporal)
		8 documentos (duplicidade)
Seleção final		36 artigos científicos

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Após os recortes bibliométricos e conteudistas, os artigos foram dispostos em planilha, e constam como documento suplementar deste artigo, de acordo com as seguintes variáveis: (1) título, (2) resumo, (3) ano de publicação, (4) autor, (5) metodologia, (6) orientação teórica predominante, (7) orientação teórica secundária, (8) dimensão de sustentabilidade/meta dos ODS, (9) palavras-chave e marcador ('AND') utilizados na busca e (10) nacionalidade. Desse modo, finalizadas as etapas de extração, download e seleção de artigos, restaram 36 a serem analisados em conteúdo.

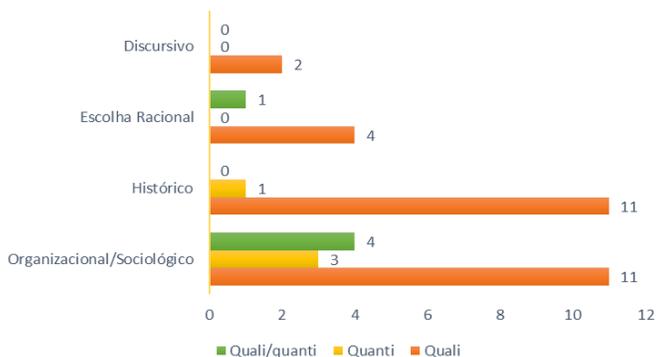
4.1 Dimensão metodológica dos trabalhos

De caráter metodológico, foram constatados a grande maioria dos artigos (75%) de natureza qualitativa, com 27 publicações identificadas pela seleção, evidenciando vinculação das temáticas e o campo às análises de caráter qualitativo. Ainda, salientou-se um índice de 50% de estudos de caso (18) em relação ao total, indicando uma ampla orientação empírica da produção acadêmica. Ambos os resultados corroboram a afirmação de March e Olsen (2008), que atribuem primordial a fonte empírica aos estudos institucionalistas. Quanto à designação de sessão teórica para a teoria institucional, embora a 58,3% dos textos presente (21), também é significativa a falta dela em 15 produções, sobretudo quando atreladas a áreas fora das ciências sociais e humanas (Martínez *et al.*, 2016; Montesano *et al.*, 2021; Lin, 2008; Yang; Wu, 2012; Laitner, 2020; Oliveira, 2012; Lockwood *et al.*, 2017; Sjostedt, 2015; Dedeurwaerdere, 2013; Tokumaru, 2020; Pla-Julian; Guevara, 2020; Lashitew, 2021; Ydersbond, 2018; Soderbaum, 2009; Barbieri *et al.*, 2010; Pouliot, 2020; Bombral; Moriggi, 2017; Trechsel *et al.*, 2018; Haeikioe, 2014; Dendler, 2014; Saari *et al.*, 2021; Dunlop; Russel, 2012; Weiss *et al.*, 2021; Story *et al.*, 2017; Nye *et al.*, 2011; Lustosa, 2010; Zeigermann, 2021; Churin; Kyung-Ah, 2021).

Sob outro prisma, 5 artigos se enquadraram ao método quantitativo, por meio de análise de questionários e modelo estatístico (Klagge; Master, 2018; Kurian *et al.*, 2019; Van Tanzen; Tulden, 2018; Galleli *et al.*, 2021; Sánchez *et al.*, 2021). Não obstante, similaridades ao tema e vertente teórica

também interseccionam autores quantitativos, a ser notado em Van Tanzen e Tulden (2018), Sánchez *et al.* (2021) e Galleli *et al.* (2019), que instrumentalizam a abordagem sociológica/organizacional na análise de corporações privadas e seus engajamentos às metas e indicadores dos ODS. De acordo estes autores, a pressão institucional das organizações em situações como suas operações internas, gerenciamento da crise pandêmica e transformação institucional do setor energético alemão receberam maiores benefícios de seu engajamento às metas e indicadores dos ODS. Nestes casos, as pressões institucionais impactam positivamente a mudança do comportamento destas organizações (Van Tanzen; Tulden, 2018; Sánchez *et al.*, 2021; Galleli *et al.*, 2019).

Por conseguinte, outros 4 artigos operacionalizam as metodologias quali-quantitativa dentro da seleção bibliográfica encontrada (Focardell; Aracil, 2019; D'souza *et al.*, 2019; Llamas-Sanchez *et al.*, 2013; Kurian *et al.*, 2019). Destes, 3 apresentaram estudos de casos proponentes por meio de entrevistas e questionários (Focardell; Aracil, 2019; D'souza *et al.*, 2019; Llamas-Sanchez *et al.*, 2013), analisados majoritariamente sob a lente sociológica, embora tratando de diferentes espectros da sustentabilidade e dos ODS.

Gráfico 1 – Relação entre vertente teórica e orientação metodológica

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

4.2 Orientação teórica dos trabalhos

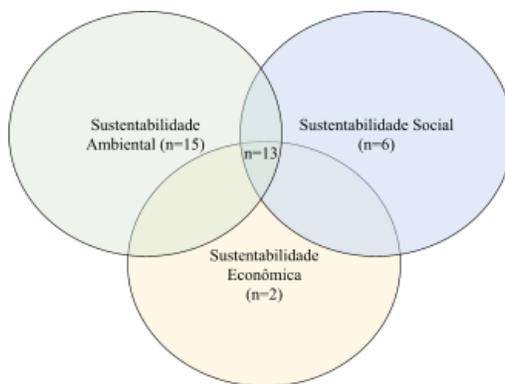
Na sequência, ao analisar o estudo da Mudança Institucional e suas vertentes teóricas, a predominância dos artigos se concentrava no Institucionalismo Sociológico/Organizacional (18), logo depois o Institucionalismo Histórico (13) e, por fim, os Institucionalismos da Escolha Racional (4) e Discursivo (2) exibiam a orientação teórica secundária na temática do Desenvolvimento Sustentável.

Em ambos os artigos de institucionalistas discursivos, a dimensão ambiental predominou as discussões, no entanto com posicionamentos contrários acerca do papel do discurso para a virada sustentável das instituições retratadas (Martínez *et al.*, 2016; Montesano *et al.*, 2019). É necessário destacar que, enquanto o institucionalismo de Escolha Racional predominou em artigos mais antigos (2008 a 2012), o Discursivo foi adotado em duas produções recentes (2016 e 2021), o que salienta uma crescente no campo do discurso (Martínez *et al.*, 2016; Montesano *et al.*, 2019). As duas teorias também divergem na inserção teórica no texto: artigos de ER predominavam o caráter aplicado em detrimento da teoria (75% não

apresentavam seção teórica) enquanto, na vertente discursiva, todas as produções continham uma seção separada para a explicação da abordagem mais recente aos estudos institucionalistas. Neste último caso, uma investigação do papel do discurso às obras institucionalistas é necessária, de modo a mapear o campo em expansão da vertente.

Ao retornar a lente para as variáveis dimensionais do Desenvolvimento Sustentável, 36,11% dos artigos exploram apenas o enfoque ambiental, 16,66% o social e 5,55% o econômico, com 41,67% restantes multidisciplinares, na Figura 1. Isso também é verificado na revista acadêmica prevalente dentre a seleção, a *Sustainability* (3), que abarca artigos correlatos a diferentes áreas do desenvolvimento. Quanto ao restante dos periódicos, foi observado o protagonismo geográfico evidente do Reino Unido (21) e toda a Europa (27) em relação ao total, com 3 jornais acadêmicos brasileiros (todos recolhidos na Scielo), 3 asiáticos e 3 norte-americanos.

Figura 1 – Diagrama dos três pilares da sustentabilidade no *corpus* bibliográfico



Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

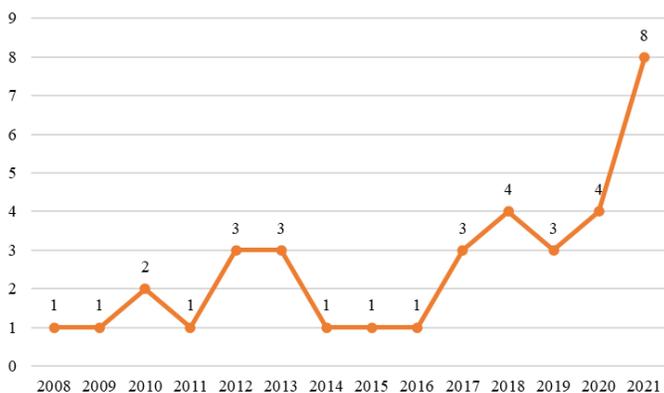
O diagrama também ilustra a preferência por abordagens integradas pelo princípio da indivisibilidade dos ODS segundo estas produções acadêmicas, que enxergam os fatores institucionais no desenvolvimento dentre um conjunto de variáveis que ultrapassam uma única dimensão disciplinar. De modo semelhante, ainda para artigos que preconizam estritamente uma dimensão, foi verificada a integração entre diferentes Objetivos aos instrumentos de uma mudança institucional duradoura. Este processo é detalhado na análise de Saari *et al.* (2021), por meio da análise micro, meso e macro dos níveis das tendências veganas sob o consumo e produções alimentares mais sustentáveis (Saari *et al.*, 2021).

Ao analisar o caráter das instituições retratadas nas produções científicas sistematizadas, a interação público-privada foi recorrente na análise temática da ampla maioria dos artigos, ainda que o setor público se destaque em comparação ao privado. Para além, o terceiro setor também é alvo de investigação de algumas publicações, inserindo a sociedade civil na posição institucionalizante da Agenda 2030. Tais resultados, relacionados à abordagem sociológica/organizacional, dialogam com a conexão estabelecida entre os setores mistos da sociedade, fundamentado pela teoria sob a interação mútua entre os agentes para a modificação de crenças e o rompimento de configurações estruturais a longo prazo a caminho da incorporação do desenvolvimento sustentável (Dimaggio; Powell, 1983).

A inserção da temática do Desenvolvimento Sustentável e, posteriormente, da Agenda 2030 nas instituições domésticas sob os estudos institucionalistas permite ao pesquisador observar o engajamento (ou falta dele) nas dimensões sociais, econômicas e ambientais que envolvem a adesão das instituições a práticas e comportamentos mais sustentáveis. Dessa forma, é possível observar (Gráfico 2) uma crescente ao decorrer dos anos para acadêmicos neoinstitucionalistas, sobretudo após o lançamento dos ODS em 2015, em que a produção saltou de 12 artigos entre 2008-2014 para 36 artigos até 2021, um crescimento triplo na literatura de Mudança Institucional. No escopo temático pré-ODS incluíram a desertificação, educação, consumo e produção, além de estudos acerca de marcos normativos internacionais, como a Rio+20 e a Agenda 21 Local. Ademais, as

pesquisas anteriores à 2014 condensam 75% dos artigos de Escolha Racional em relação ao total das amostras. Esse resultado chama a atenção para o papel ativo da ONU enquanto difusora dos ODS pois, embora o conceito de desenvolvimento sustentável já existisse, a Agenda 2030 passou a ser difundida ativamente a partir de 2015.

Gráfico 2 – Número de artigos por ano (2008-2021)



Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Nesse sentido, é válido distinguir a composição teórico-metodológica de pesquisa entre os artigos anteriores e seguintes ao lançamento internacional da Agenda 2030. De 2008 a 2014, se concentrou o maior número de abordagens racionalistas da amostra coletada ao passo em que, de 2015 a 2021, os primeiros artigos quantitativos foram extraídos e metodologias mistas se expandiram com crescimento de 1 para 5 artigos na amostra total. Isso reflete também junto à multiplicação de metas e indicadores, que proporcionaram maior ferramental para a análise de múltiplos casos através da teoria neoinstitucional.

A internacionalização dos casos também é notável entre os artigos posteriores aos ODS, com o aumento de casos asiáticos e latino-americanos,

embora seja notório o déficit do continente africano, que apresentou nenhum artigo correspondente aos critérios da pesquisa nas bases da WoS, Proquest e Scielo. Tal expansão pode ser relacionada à variável nacionalidade verificada entre os autores, segundo se observa o protagonismo brasileiro com 13 autores, seguido da Alemanha (12), Reino Unido e Espanha, com 10 autores cada. Excluindo-se o continente europeu, a Ásia foi a segunda maior região nativa, com 11 autores, na qual pesquisadores indianos lideram a seleção (5). Em última posição, a amostra apresentou apenas 1 autor africano, de nacionalidade etíope-holandês. Ademais, é pertinente destacar o desconhecimento da nacionalidade de 2 autores, que não foram encontrados na busca.

Outrossim, como ilustrado na Figura 2, os principais termos utilizados nos resumos científicos se concentram, sobretudo, nos aspectos local e governamental a políticas públicas que envolvem a incorporação da Agenda nas instituições domésticas. Palavras como *'Government'* e *'implementation'*, por exemplo, são repetidas 24 e 16 vezes, respectivamente. Além disso, temáticas de análise mais abordadas também podem ser visualizadas pela recorrência terminológica, com o sobressalto das palavras *'environmental'*, *'food'*, *'energy'* e *'urban'*, verificado também no Gráfico 3, em que predominam a preferência temática para o estudo de corporações (6), governança (5) e energia (5) em produções do agrupamento, seguido de temas educacionais em 4 artigos. De modo analítico, o destaque nos termos *'local'*, *'cities'* e *'urban'* ressalta a escolha da lente a nível micro e urbana para as discussões institucionais, também atrelada à predominância de casos no conteúdo das produções científicas. Por fim, o surgimento de termos como *"community"*, *"social"* e *"stakeholders"* condizem aos atores de importância evidenciados nas análises coletadas.

Do ponto de vista prático, tanto a relação de termos quanto o levantamento de temas apontam macro questões assíduas entre os textos analisados, embora demonstrou-se diversos os objetos de estudo preteridos, ou seja, não houve nenhum tema em sobressalto significativo. Em primeiro plano, a institucionalização dos paradigmas que envolvem o Desenvolvimento Sustentável é percebida principalmente atreladas aos seus efeitos em corporações e organismos internacionais. Em dimensões mais específicas, temas relativos à transição energética (Lockwood *et al.*, 2017; Klagge; Meister, 2018; Tokumaru, 2020; Ydersbond, 2018) e dinâmicas de sustentabilidade em sistemas educacionais de ensino superior (Weiss *et al.*, 2021; Dedeurwaerdere, 2013; Trechsel *et al.*, 2018) foram replicados de maneira mais consistente em comparação a temáticas de gênero, tecnologia e saúde, por exemplo.

4.3 Inserção dos ODS na literatura acadêmica

No que tange ao conteúdo no qual a mudança institucional é inserida dentro do escopo do Desenvolvimento Sustentável, a percepção predominante destes autores se dá perante os aspectos sócio-organizacionais que impactam na "virada" das instituições a práticas mais sustentáveis. Sobretudo em artigos mais recentes, os padrões instrumentais de implementação que conduzem à institucionalização de elementos da sustentabilidade nesses processos foram ressaltados em metade dos textos coletados publicados em 2021 (4) – último ano da amostra – o que infere uma preocupação destes nos mecanismos práticos de mudança (Weiss *et al.*, 2021; Brombal; Moriggi, 2017).

Como exemplo, Weiss *et al.* (2021) ilustra o foco na implementação, nos quais são elencados 6 padrões de implementação da sustentabilidade no currículo de 131 universidades: *bottom-up*, *top-down*, iniciativas isoladas, iniciativas externamente orientadas, paradigmas colaborativos e mudanças limitadas. Com exceção dos projetos isolados, todos os padrões supracitados apresentaram a janela de oportunidade e o governo como impulsionadores da agenda sustentável no ensino superior internacional. De modo contrário,

questões como recurso e liderança foram as mais apontadas barreiras de aderência à meta 4.7 dos ODS (Weiss *et al.*, 2021). Ademais, Brombal e Moriggi (2017) acrescentam à discussão os padrões na mudança administrativa da poluição hídrica em Lihu, na China, cujo começam por mudanças regulatórias e avançam por alterações em crenças sociais. Na hipótese dos autores, os padrões eram iniciados pela: (1) antecipação dos efeitos futuros, seguidos da (2) desinstitucionalização (emergência de novos atores e surgimento de empreendedorismo institucional), (3) pré-institucionalização (inovações e viabilidade técnica), (4) teorização (identificação das principais falhas e justificação de possíveis soluções), (5) difusão (legitimidade pragmática e objetificação do caso) e, por fim, (6) institucionalização a partir da legitimação cognitiva dos atores.

Ainda, a influência da sociedade civil na internalização comportamental ou pressão por transformações emerge ao primeiro plano segundo a perspectiva organizacional para processo de mudança sustentável nas instituições, sejam elas corporações privadas ou públicas. Apesar disso, as dinâmicas de *Path Dependence* – a dependência na trajetória para o desenvolvimento sustentável – e 'Bricolagem' – a sobreposição de políticas sustentáveis pré-existentes em 2015 aos ODS – também apresentam alta adesão para explicar um avanço ou retrocesso no engajamento às metas dos ODS (Pouillot, 2020; Campbell, 2004). Mesmo nos artigos de viés racionalista, fatores históricos também são tidos em consideração na análise institucional, embora não prevaleçam para a alteração de normas e regras destas.

Tanto perspectivas organizacionais quanto históricas sublinham os processos dinâmicos de aprendizagem social dos Objetivos, de modos não-lineares (Sjöstedt, 2015), na influência de suas respectivas instituições a transformações em níveis burocráticos. A utilização de aceleradores à incorporação, tais como elementos culturais, epistêmicos e políticos, também atuam nessa dinamicidade para a tomada de ação para a mudança. Em produções que destacam o papel das corporações privadas no engajamento com a Agenda, emergem também incentivos e pressões institucionais das organizações para a mudança de agentes na catalisação da mudança interna (Galleli *et al.*, 2021; Sánchez *et al.*, 2021).

O setor privado, nesse sentido, ganha certo protagonismo de análise da Responsabilidade Social Corporativa (CSR em inglês)⁴ na teoria institucional. Isso porque, conforme argumenta Campbell (2007), determinados condicionantes institucionais estão diretamente atrelados ao engajamento corporativo em seus comportamentos responsivos. São classificados condicionantes positivos: a força e efetividade de mecanismos regulatórios, capacidades de auto-organização, monitoramento social, participação em associações e diálogo com ONGs e outros stakeholders. Por outro lado, fatores como o ambiente e desempenho econômico performado, além do nível (elevado ou rebaixado) competitivo inserido são tidos no espectro negativo e desfavorecem uma governança sustentável na leitura de Campbell (2007).

Ao transpor tais variáveis na literatura voltada a instituições privadas (Latisheva, 2021; Söderbaum, 2009; Van Zanten; Van Tulden, 2018; Galleli *et al.*, 2021), os ODSs são compreendidos pela ótica institucional per se, por meio da lógica de “Orientação por Objetivos”, na governança corporativa. Isto significa dizer que, as instituições privadas orientadas pelos Objetivos são condicionadas a práticas que transbordam o pensamento inicial mercadológico que regem o setor. Relacionando as condições institucionais construídas por Campbell (2007), os ODS podem ser enquadrados positivamente tanto no fortalecimento regulatório estatal, monitoramento autônomo por organizações civis e no encorajamento normativo social que coadunam para processos comportamentais mais sustentáveis nestes espaços. Para além, Van Zanten e Van Tulden (2018) acrescentam que, embora os ODS ativem institucionalmente o engajamento positivo, isso se dá mais em razão dos riscos pela inação ao desenvolvimento sustentável no setor do que por atuações privadas proativas à Agenda.

4 *Corporate Social Responsibility*, na linguagem original.

5. Considerações finais

O presente trabalho sistematizou a literatura existente de Mudança Institucional e Desenvolvimento Sustentável pelo período de 2008 a 2021 nas bases Web of Science, Scielo e Scopus. A sistematização foi viável por meio da metodologia de RSL PRISMA *For Scoping Reviews*, pré-definindo variáveis de análise e seleção de dados a serem trabalhados durante a busca bibliográfica nas bases, com o registro do processo de categorização a ser replicado por outros pesquisadores.

Dos 36 artigos científicos analisados, identificamos o predomínio da orientação teórica sociológica/organizacional (18) e metodologias quali (27), de sua maioria pesquisas empíricas (18), no estudo do desenvolvimento sustentável e ODS sob a lente da mudança institucional. Além disso, observando o tripé do desenvolvimento sustentável (ambiental, social e econômica) embora a temática ambiental se destaque (12), os autores analisados deram preferência para abordagens interdisciplinares (13), que conectam as três dimensões da sustentabilidade para a mudança do paradigma institucional debatido.

Verificamos também a presença substancial da agência civil e de stakeholders no processo de canalização das ideias em práticas institucionais, além de dinâmicas de *Path Dependence*, Bricolagem e Pressões Institucionais como fatores de impedimento ou facilitação de mudanças concretas. É fundamental ressaltar também que, os processos de alteração ao status quo não são lineares, ou seja, são passíveis de retrocessos e estagnações na absorção do desenvolvimento sustentável ao rol cognitivo e burocrático das instituições (Brombal; Moriggi, 2017; Sjöstedt, 2015).

Desse modo, constatamos que a literatura concebe a inserção dos ODS na pauta internacional a partir de 2015 diante de uma curva exógena, que parte do internacional e adentra o nacional, moldando procedimentos internos em múltiplas instituições, públicas e privadas. Isto ocorre, sobretudo, mediante um novo entendimento compartilhado dos princípios, instrumentos e métricas no alcance de melhores índices de sustentabilidade em 2030,

formulado e difundido a partir da ONU e suas agências. Arelado a isso está o aumento da produção científica acerca do Desenvolvimento Sustentável e Agenda 2030 a partir de 2016. Devemos considerar também as significativas disparidades das capacidades das instituições e organizações estudadas. Esse fator perpassa as análises empíricas em todos os locais-objeto das pesquisas. Tais assimetrias interferem diretamente na internalização de práticas sustentáveis e dos próprios ODS tanto a nível burocrático, social ou histórico.

A sistematização da literatura revelou um campo restrito no Brasil (3 artigos com apenas autores brasileiros e destes, 2 em português) e heterogeneidade do emprego da literatura de Mudança Institucional aplicada, com diferentes linguagens a explicação de conceitos teóricos normativos correlatos, o que pode atribuído a presença de autores de diferentes campos e países no corpus acadêmico selecionado.

Em síntese, os resultados da pesquisa abrem potenciais de análises futuras para identificação de padrões em clusters textuais do corpus selecionado, bem como a atualização bibliográfica, de modo a verificar novas perspectivas dos autores aos Objetivos no cenário institucional, sobretudo no cenário pós-pandêmico. A revisão também proporcionou a identificação temporal de lacunas no campo das análises institucionais aplicadas ao Desenvolvimento Sustentável, evidenciadas em crescente nos últimos quatro anos. Além disso, espera-se que o presente artigo possibilite a ampliação do campo brasileiro escasso e aplicação destes resultados em instituições e contextos nacionais, expandindo a percepção de impacto a tecidos institucionais distintos das percepções europeias abarcadas pela literatura estrangeira predominante.

Referências

- ALVES, Elia Cia; *et al.* Como fazer uma revisão sistemática da literatura? Um guia prático de governança marinha. In: FERNANDES, I. F. *Desafios metodológicos das políticas públicas baseadas em evidências*. Boa Vista: IOLE, 2022.
- BARBIERI, José Carlos; *et al.* *Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições*. *Revista de Administração de Empresas*, v. 50, n. 2, jun. 2010.
- BARNETT, Michael; FINNEMORE, Martha. *Rules for the world: International organizations in global politics*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2012.
- BATISTA, M.; *et al.* Políticas públicas: modelos clássicos e 40 anos de produção no Brasil. *BIB*, São Paulo, n. 94, p. 1-25, 2021.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BROMBAL, Daniele; MORIGGI, Angela. Institutional Change in China's Sustainable Urban Development. A Case Study on Urban Renewal and Water Environmental Management. *China Perspectives*, p. 45-56, 2017.
- CAMPBELL, John L. *Institutional change and globalization*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- CAMPBELL, John L. Why would corporations behave in socially responsible ways? An institutional theory of corporate social responsibility. *Academy of management Review*, v. 32, n. 3, p. 946-967, 2007.
- CORTELL, Andrew P.; DAVIS JUNIOR, James W. Understanding the domestic impact of international norms: A research agenda. *International Studies Review*, v. 2, n. 1, p. 65-87, 2000.
- D'SOUZA, Clare; *et al.* Sustainability for ecotourism: work identity and role of community capacity building. *Tourism Recreation Research*, v. 44, n. 4, p. 533-549, 2019.
- DEDEURWAERDERE, Tom. Transdisciplinary sustainability science at higher education institutions: science policy tools for incremental institutional change. *Sustainability*,

v. 5, n. 9, p. 3783-3801, 2013.

DENDLER, Leonie. Sustainability meta labelling: an effective measure to facilitate more sustainable consumption and production? *Journal of Cleaner Production*, v. 63, p. 74-83, 2014.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. Introduction. IN: POWELL, W.; DIMAGGIO, P. J. (Eds.). *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, p. 147-160, 1983.

DU PISANI, Jacobus A. Sustainable development – historical roots of the concept. *Environmental Sciences*, v. 3, n. 2, p. 83-86, June 2006.

DUFFIELD, J. What are international institutions? *International Studies Review*, v. 9, n. 1, p. 1-22, 2007.

DUNLOP, Claire A.; RUSSEL, Duncan. Watching the Detectives: Explaining regulators' roles in the integration of sustainable development in UK public services. *Public Management Review*, v. 14, n. 5, p. 681-704, 2012.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *Políticas públicas e relações internacionais*. Brasília: ENAP, 2018.

FORCADELL, Francisco Javier; ARACIL, Elisa. Can multinational companies foster institutional change and sustainable development in emerging countries? A case study. *Business Strategy & Development*, v. 2, n. 2, p. 91-105, 2019.

FUKUDA-PARR, Sakiko. From the Millennium Development Goals to the Sustainable Development Goals: shifts in purpose, concept, and politics of global goal setting for development. *Gender & Development*, v. 24, n. 1, p. 43-52, 2016.

GALLELI, Bárbara; et al. Institutional Pressures, Sustainable Development Goals and COVID-19: How Are Organizations Engaging? *Sustainability*, v. 13, n. 21, art. 12330, 2021.

GARCÍA-SÁNCHEZ, Isabel-María; et al. The drivers of the integration of the sustainable development goals into the non-financial information system: Individual and joint analysis of their influence. *Sustainable Development*, v. 30, n. 4, p. 513-524, 2022.

- GIDDENS, A. *Problemas centrais em teoria social: ação, estrutura e contradição na análise sociológica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.
- GRAHAM, Erin R.; SHIPAN, Charles R.; VOLDEN, Craig. The diffusion of policy diffusion research in political science. *British Journal of Political Science*, v. 43, n. 3, p. 673-701, 2013.
- GROBER, U. The discovery of sustainability: The genealogy of a term. In: *Theories of sustainable development*. [S.l.]: Routledge, 2014.
- HÄIKIÖ, Liisa. Institutionalization of sustainable development in decision-making and everyday life practices: A critical view on the Finnish case. *Sustainability*, v. 6, n. 9, p. 5639-5654, 2014.
- HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. Political science and the three new institutionalisms. *Political Studies*, v. 44, n. 5, p. 936-957, 1996.
- IBN-MOHAMMED, Taofeeq; *et al.* A critical analysis of the impacts of COVID-19 on the global economy and ecosystems and opportunities for circular economy strategies. *Resources, Conservation and Recycling*, v. 164, art. 105169, 2021.
- JOHN, Laitner. Institutional perspectives on the productive use of resources. *Экономическая политика*, v. 15, n. 2, p. 8-17, 2020.
- KEOHANE, R. O. The demand for international regimes. *International Organization*, v. 36, n. 2, p. 325-355, 1982.
- KIM, Churin; KIM, Kyung-ah. The institutional change from e-government toward smarter city; comparative analysis between Royal Borough of Greenwich, UK, and Seongdong-gu, South Korea. *Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity*, v. 7, n. 1, art. 42, 2021.
- KLAGGE, B.; MEISTER, T. Energy cooperatives in Germany—an example of successful alternative economies? *Local Environment*, v. 23, n. 7, p. 697-716, 2018.
- KOEHLER, Gabriele. Seven decades of “development”, and now what? *Journal of International Development*, v. 27, n. 6, p. 733-751, 2015.
- KURIAN, Mathew; *et al.* One swallow does not make a summer: Siloes, trade-offs and synergies in the water-energy-food nexus. *Frontiers in Environmental Science*, v. 7, n. 32, 2019.

- LASHITEW, Addisu A. Corporate uptake of the Sustainable Development Goals: Mere greenwashing or an advent of institutional change? *Journal of International Business Policy*, n. 4, p. 184-200, 2021.
- LIN, Brian Chi-ang. More government or less government? further thoughts for promoting the government. *Journal of Economic Issues*, v. 42, n. 3, p. 803-821, 2008.
- LLAMAS-SANCHEZ, R.; GARCIA-MORALES, V.; MARTIN-TAPIA, I. Factors affecting institutional change: A study of the adoption of Local Agenda 21 in Spain. *Journal of Organizational Change Management*, v. 26, n. 6, p. 1045-1070, 2013.
- LOCKWOOD, Matthew; *et al.* Historical institutionalism and the politics of sustainable energy transitions: A research agenda. *Environment and Planning C: Politics and Space*, v. 35, n. 2, p. 312-333, 2017.
- LUSTOSA, Frederico. Instituições, cultura e desenvolvimento sustentável na bacia cultural do Araripe. *Cadernos EBAPE*, v. 8, p. 146-165, 2010.
- MAHONEY, James; THELEN, K. A theory of gradual institutional change. In: *Explaining institutional change: Ambiguity, agency, and power*. Cambridge: Cambridge University Press: 2010.
- MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, p. 121-142, 2008.
- MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. The logic of appropriateness. In: VICTOR, J. N.; MONTGOMERY, A. H.; LUBELL, M. (Eds.). *The Oxford handbook of political science*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- MARTIN, L. L.; SIMMONS, B. A. Theories and empirical studies of international institutions. *International Organization*, v. 52, n. 4, p. 729-757, 1998.
- MARTÍNEZ, Joyde Giacomini; *et al.* Revealing Curitiba's flawed sustainability: How discourse can prevent institutional change. *Habitat International*, v. 53, p. 350-359, 2016.
- MENEZES, Henrique Zeferino de. Apresentando os objetivos de desenvolvimento sustentável. In: MENEZES, Henrique Zeferino de (Org.). *Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e as Relações Internacionais*. João Pessoa: UFPB, 2019.
- MONTESANO, Francesco S.; *et al.* Can the sustainable development goals green

- international organisations? Sustainability integration in the International Labour Organisation. *Journal of Environmental Policy & Planning*, v. 25, n. 1, p. 1-15, 2023.
- NYE, M.; TAPSELL, Sue; TWIGGER-ROSS, C. New social directions in UK flood risk management: moving towards flood risk citizenship? *Journal of Flood Risk Management*, v. 4, n. 4, p. 288-297, 2011.
- OLIVEIRA, Jose A. Rio+20: what we can learn from the process and what is missing. *Cadernos Ebape*, v. 10, p. 492-507, 2012.
- OLSON, M. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Ed. USP, 1999.
- ONU BRASIL. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. *Nações Unidas Brasil*. (Site). Publicado em: 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- OSTROM, E. Institutional rational choice: An assessment of the institutional analysis and development framework. In: SABATIER, Paul A. (Ed.). *Theories of the Policy Process*, Westview press, p. 21-64, 2014.
- PERISSINOTTO, R.; STUMM, M. G. (Orgs.). A virada ideacional: quando e como ideias importam. *Revista de Sociologia e Política*, n. 25, p. 121-148, 2017.
- PETERS, B. G. Institutional theory in political science: The new institutionalism. [S. l.]: Edward Elgar, 2019.
- PLA-JULIÁN, Isabel; GUEVARA, Sandra. Mainstreaming gender and sustainability jointly: a case study from a local government in Spain. *Local Environment*, v. 25, n. 3, p. 258-271, 2020.
- POULIOT, Vincent. Historical institutionalism meets practice theory: Renewing the selection process of the United Nations Secretary-General. *International Organization*, v. 74, n. 4, p. 742-772, 2020.
- RANJBARI, Meisam; *et al.* Three pillars of sustainability in the wake of COVID-19: A systematic review and future research agenda for sustainable development. *Journal of Cleaner Production*, v. 297, art. 126660, 2021.
- SAARI, Ulla A.; *et al.* The vegan trend and the microfoundations of institutional change: A commentary on food producers' sustainable innovation journeys in Europe. *Trends in Food Science & Technology*, v. 107, p. 161-167, 2021.

- SCHMIDT, Vivien A. Discursive institutionalism: The explanatory power of ideas and discourse. *Annual Review of Political Science*, Palo Alto, v. 11, art. 303, 2008.
- SCHMIDT, Vivien A. Taking ideas and discourse seriously: explaining change through discursive institutionalism as the fourth "new institutionalism". *European Political Science Review*, v. 2, n. 1, p. 1-25, 2010.
- SJÖSTEDT, Martin. Resilience revisited: taking institutional theory seriously. *Ecology and Society*, v. 20, n. 4, 2015.
- SÖDERBAUM, Peter. Making actors, paradigms and ideologies visible in governance for sustainability. *Sustainable Development*, v. 17, n. 2, p. 70-81, 2009.
- STORY, William T.; et al. Institutionalizing community-focused maternal, newborn, and child health strategies to strengthen health systems: a new framework for the Sustainable Development Goal era. *Globalization and Health*, v. 13, n. 1, p. 1-13, 2017.
- THELEN, K. Historical institutionalism in comparative politics. *Annual Review of Political Science*, v. 2, n. 1, p. 369-404, 1999.
- TOKUMARU, Natsuka. Coevolution of institutions and residents toward sustainable global development: a case study on the Kuni Umi solar power project on Awaji Island. *Evolutionary and Institutional Economics Review*, v. 17, n. 1, p. 197-217, 2020.
- TRECHSEL, Lilian J.; et al. Mainstreaming education for sustainable development at a Swiss university: Navigating the traps of institutionalization. *Higher Education Policy*, v. 31, p. 471-490, 2018.
- TSEBELIS, George. *Jogos Ocultos: escolha racional no campo da política comparada*. São Paulo: Ed USP, 1998.
- VAN ZANTEN, Jan Anton; VAN TULDER, Rob. Multinational enterprises and the Sustainable Development Goals: An institutional approach to corporate engagement. *Journal of International Business Policy*, v. 1, p. 208-233, 2018.
- WEISS, Marie; BARTH, Matthias; VON WEHRDEN, Henrik. The patterns of curriculum change processes that embed sustainability in higher education institutions. *Sustainability Science*, v. 16, n. 5, p. 1579-1593, 2021.
- YANG, Lihua; WU, Jianguo. Knowledge-driven institutional change: An empirical study

on combating desertification in northern china from 1949 to 2004. *Journal of Environmental Management*, v. 110, p. 254-266, 2012.

YDESBOND, Inga Margrete. Power through Collaboration: Stakeholder influence in EU climate and energy negotiations. *International Negotiation*, v. 23, n. 3, p. 478-514, 2018.

ZEIGERMANN, Ulrike. Scientific knowledge integration and the implementation of the SDGs: comparing strategies of sustainability networks. *Politics and Governance*, v. 9, n. 1, p. 164-175, 2021.

ZUCKER, L. G. The role of institutionalization in cultural persistence. In: DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. (Eds.). *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.